

**A DIVERSIDADE DA ECONOMIA URBANA E SUAS
POSSIBILIDADES DE INTERPRETAÇÃO TEÓRICA NO SUL
GLOBAL: LEITURAS A PARTIR DO MUNICÍPIO DE
ARARAQUARA/SP**

Autor: Renan Augusto Ramos

Filiação institucional: Universidade Estadual de Campinas

E-mail: renan.aug.95@gmail.com

Resumo: Este trabalho oferece algumas considerações teóricas sobre a diversidade econômica existente no Sul global. O lugar investigado foi o município de Araraquara, localizado no interior paulista. Após análise crítica dos dados levantados no mercado de rua “Rolêfeira”, o artigo propõe, em caráter exploratório, a ideia de ‘economia criativa e popular’ para interpretar uma parcela da realidade econômica encontrada no mundo do trabalho atual. A “Rolêfeira” é vista como um espaço econômico alternativo que favorece essas estratégias alternativas de geração e/ou complementação da renda dos sujeitos sociais. Em síntese, o trabalho chama atenção para as várias formas de organização socioeconômica dos sujeitos devido às dificuldades vivenciadas na esfera da reprodução social.

Palavras-chave: Mundo do trabalho; Diversidade econômica; Sul global.

GT 4 - ECONOMIA URBANA, TRABALHO, COMÉRCIO E CONSUMO

INTRODUÇÃO

As discussões sobre a complexidade existente no mundo do trabalho contemporâneo ganham nova ênfase em razão de processos como a precarização do trabalho, a reestruturação produtiva, globalização neoliberal, entre outros (Antunes, 2009; de Peuter, 2011; Ferreira, 2016; Siegmann e Schiphorst, 2016). No entanto, a expansão de formas e feições precárias de trabalho não deve ser vista, nos países do Sul global, como um produto e resultado exclusivo do período contemporâneo (Scully, 2016). A precariedade é, sem sombra de dúvidas, um fenômeno amplamente conhecido e relatado nos territórios dos países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil. Em vista disso, o enfoque dessa discussão precisa ser deslocado para

as diversas atividades econômicas de pequena escala que são organizadas pelos mais vulneráveis como estratégias de reprodução social e material de suas vidas. A reflexão proposta com esse trabalho pretende enfatizar a pluralidade de práticas econômicas que estão presentes no espaço urbano das cidades. Para alcançar esse objetivo, foi realizado um levantamento bibliográfico com as distintas possibilidades de interpretação desse objeto, ao mesmo tempo em que foi conduzida uma reflexão crítica sobre os dados coletados com os expositores no mercado de rua “Rolêfeira”. A partir desses procedimentos, o artigo traz a ideia de ‘economia criativa e popular’ enquanto uma tentativa de interpretar essa pluralidade de atividades econômicas no espaço urbano.

CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS INICIAIS

O mundo do trabalho passou por profundas transformações no contexto contemporâneo, principalmente em função da crise vivenciada pelo padrão fordista de acumulação ampliada de capitais (Antunes, 2009). A estabilidade das relações contratuais de assalariamento em tempo integral foi substituída pela flexibilização, bem como por formas diversas de controle do trabalho por parte do capital, tais como trabalho terceirizado, parcelar, regime de prestação de serviços, entre outras. É importante destacar que a globalização neoliberal impulsiona antigas problemáticas, conflitualidades e antagonismos, que são sobrepostas às dinâmicas do período atual. Desse modo, uma série de desafios são observados na dimensão do trabalho contemporâneo, principalmente no espaço das cidades. O debate sobre as dificuldades de reprodução social e econômica dos sujeitos não-hegemônicos torna-se central hoje em dia. São observadas distintas feições de práticas econômicas e espaciais dos sujeitos e/ou grupos sociais devido às pressões cotidianas por sustento. Nesse sentido, iniciativas de compreensão dessa realidade são tão necessárias ao debate, sobretudo, da geografia urbana. As próximas seções do trabalho irão apresentar uma discussão teórico-conceitual capaz de demonstrar a complexidade desse tema, bem como capaz de analisar e interpretar a diversidade de atividades econômicas no espaço urbano das cidades brasileiras.

TEORIA DOS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA

A aplicação irrestrita de modelos analítico-interpretativos na discussão do espaço econômico dos países em desenvolvimento pouco contribui para uma compreensão holística do

fenômeno. A proposta teórica dos circuitos da economia urbana é resultado direto dessa problemática. Santos (2018) elaborou um arcabouço teórico, e também metodológico, baseado na dimensão histórica desses países. Para o autor, somente a análise histórica seria capaz de permitir um amplo entendimento da realidade urbana. O interesse do trabalho é apresentar o potencial explicativo que essa teoria alcança na contemporaneidade. Esse argumento é sustentado devido ao conjunto de pesquisas que atualizaram as análises trazidas originalmente pela proposta teórica dos circuitos da economia urbana (Silveira, 2007, 2009, 2013, 2015; Montenegro, 2012; Cataia e Silva, 2013; Ramos, 2020).

A teoria reconhece a existência de dois circuitos da economia urbana, sendo eles o superior e o inferior. O período de modernização dos territórios dos países em desenvolvimento é o grande referencial de surgimento de suas feições, características, aspectos estruturais e afins (Silveira, 2015). Apresentam a funcionalidade de ser um subsistema econômico presente no espaço urbano, articulados entre si, mantendo relações de dominância do primeiro em relação ao segundo, bem como de competitividade também (Silveira, 2015; Santos, 2018). O circuito superior da economia urbana possui relação direta com as transformações modernizantes do território, representando as atividades atravessadas por altos níveis de capitais, técnicas produtivas e de poderio econômico. Por outro lado, o circuito inferior da economia urbana é resultado indireto das modernizações, respondendo às adaptações do sistema econômico para suprir as demandas das camadas sociais menos favorecidas e impossibilitadas de consumir produtos e serviços modernos de modo frequente (Silveira, 2015). É composto, sobretudo, por atividades de pequena escala que utilizam técnicas menos modernas de produção, com níveis de capitais reduzidos ao mínimo, sendo a força de trabalho o principal recurso desses agentes. Outro dado relevante está vinculado ao fato desse circuito representar uma estratégia constante de ocupação econômica por sua facilidade de inserção, mantendo uma posição privilegiada no fornecimento de trabalho no espaço urbano (Santos, 2018).

A retomada do debate sobre a teoria dos circuitos da economia urbana aparenta ser muito produtiva no período contemporâneo, sobretudo em função das dificuldades generalizadas que são encontradas no mercado de trabalho atual. Não é segredo que os sujeitos estão organizando alternativas econômicas como estratégias de geração de trabalho e renda nas cidades. Nesse sentido, o objetivo de trazer à tona esse conjunto de formulações caminha em

sinergia com a consideração trazida por Silveira (2007). A autora enfatiza que o circuito inferior da economia urbana não deve ser visto como oneroso à economia geral de um dado território, pois representa o conjunto de saídas criativas ao desemprego entre parcelas expressivas das populações no Sul global. Portanto, essa retomada sustenta-se devido ao avanço de alternativas não somente ao desemprego, mas também ao próprio avanço da precarização.

O CAMPO DE ESTUDOS SOBRE ECONOMIA INFORMAL E POPULAR

A discussão sobre economia informal e economia popular tem bastante expressividade nos países da América Latina (França Filho, 2002; Tiriba, 2004; Icaza e Tiriba, 2009; Ferreira, 2016; Álvarez, 2018; Gago, 2018; Gago et al., 2018; Martínez et al., 2018). Esses debates são percorridos pela ideia da existência de uma ampla heterogeneidade das feições dessas práticas econômicas, com uma expressiva pluralidade na realidade das cidades contemporâneas. São distintos padrões de associação entre os sujeitos, segmentos econômicos e racionalidades internas que tornam ainda mais desafiador um consenso entre os estudiosos. O escopo dessa discussão entende que a principal racionalidade dessas atividades seria, de início, a busca pela reprodução social e econômica dos grupos dependentes e, posteriormente, alguma reserva para acessar meios de consumo e ampliação dos níveis de vida. O princípio da acumulação de capitais não está presente no interior dessas atividades, pois a orientação temporal está colocada em razão da escala curta do tempo, tendo o cotidiano próximo como principal referência. Feitas essas considerações iniciais, o passo seguinte é fornecer uma síntese sobre o conjunto teórico e conceitual dessas economias, começando pela economia informal e, em seguida, a popular.

A economia informal foi objeto de interesse entre diversos autores, que dialogaram com seus trabalhos a partir de distintos contextos socioespaciais (Hart, 1973; Habib-Mintz, 2009; Yusuff, 2011; Chen, 2012). Webb et al. (2009) trouxe uma contribuição muito interessante para caracterizar a economia informal, compreendendo o seu caráter ambíguo em primeira análise. Sua perspectiva compreende o caráter ilegal dessas atividades econômicas, ao mesmo tempo em que legítimo. Essa análise está diretamente associada à legitimidade conferida pelos distintos grupos sociais aos bens e produtos produzidos de forma não regulamentada. Em outras palavras, é possível considerar essa economia informal como um setor que produz bens e mercadorias legais de um modo sem regulamentação (Nichter e Goldmark, 2009). Outro ponto importante de ser salientado diz respeito à organização do

trabalho. De acordo com Martínez et al. (2018), as principais características do trabalho na economia informal dizem respeito ao fato da inexistência de regulamentação e de proteção social. Munck (2013) avalia, de modo complementar, que o setor informal é composto por um conjunto de trabalhadores à margem do sistema capitalista formal, sendo essas práticas econômicas unidas pelo fato de estarem fora do alcance das leis trabalhistas.

Não é segredo na literatura que o rápido processo de urbanização vivenciado pelo Brasil, e demais países latino americanos, trouxe uma exacerbação de problemas socioespaciais (Godfrey, 1999). Estendendo esse pressuposto, é possível observar novamente uma formulação de Munck (2013), na qual o autor associa essa rápida urbanização com a perda na capacidade de gerar empregos mediante relações contratuais formalizadas. Em alguma medida, o contexto contemporâneo brasileiro apresenta relações com essas formulações. A taxa atual de desemprego atinge cerca de 11,1% da força de trabalho, ao mesmo tempo em que o desalento atinge cifra próxima de 5 milhões de sujeitos¹. Esses números estatísticos abrem discussões sobre o fortalecimento atual de um universo de práticas econômicas que surgem como alternativas às insuficiências do mercado de trabalho convencional. Ou seja, mesmo que esses indivíduos estejam desvinculados do mercado de trabalho convencional, eles estão a todo momento gerando, distribuindo e consumindo riquezas no espaço urbano, pois as pressões cotidianas por sustento se colocam de modo imperioso em suas vidas.

Refletindo sobre o conceito de economia popular, França Filho (2002) afirma que essa noção é utilizada para identificar um conjunto muito diverso de práticas econômicas, reforçando aquela perspectiva destacada acima. Esse campo de estudos e de pesquisas representa um local de constante problematização não somente teórica, mas também empírica. Os olhares são construídos e reconstruídos a partir de um conjunto multinacional de acadêmicos (Gago et al., 2018). Para atribuir uma caracterização a essa economia, a perspectiva trazida por autores como Tiriba (2004) e Hespanha (2009) parece ser um ponto de partida interessante. Suas formulações estão assentadas na ideia de que a economia popular tem como principal objetivo a reprodução social e econômica do bem-estar de seus pares. Em síntese, essa economia não compartilha dos preceitos capitalistas tradicionais, pois fortalece as redes de cooperação baseadas nos princípios

¹ Dados extraídos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acessado dia 17 de maio de 2022.

da proximidade. É fundamental destacar, do mesmo modo que Gago et al. (2018) fizeram, que a própria economia popular está constantemente (re)conceitualizando o que se compreende por trabalho, reforçando a criatividade, bem como as capacidades de adaptação frente às pressões cotidianas.

Como exposto acima, é possível observar uma série de similaridades entre essas economias. O importante é reforçar que a pluralidade também está presente nesse universo, sendo possível encontrar não somente uma feição de atividades econômicas ou organização do trabalho, mas sim uma diversidade. Tiriba (2004) destaca que, em função da crise estrutural do emprego, as pessoas criam e recriam formas variadas de trabalho, o que nos leva a concordar com a afirmação da existência de muitos mundos do trabalho. Isso se dá para acomodar parcelas expressivas da população que demandam ocupação econômica nas cidades. A realidade dessas racionalidades econômicas enfrenta uma série de desafios e dificuldades de autorrealização. Nesse sentido, a própria precariedade torna ainda mais complexo os movimentos de reprodução social e econômica dos grupos sociais presentes nesses setores. Em seguida, será ressaltada como a precariedade fomenta outras formas de organização social, econômica e política entre os indivíduos nas cidades contemporâneas, sobretudo no Sul global.

A PRECARIEDADE E A PRODUÇÃO DE OUTRAS RACIONALIDADES

As discussões acadêmicas sobre a noção de precariedade têm recebido uma crescente atenção dentro das ciências sociais (Schierup e Jorgensen, 2016; Álvarez, 2018; Smith e McBride, 2020). A ideia de precariedade aproxima elementos situados na esfera da produção, da distribuição, do consumo e também da própria esfera do trabalho. Além disso, a precariedade deve ser vista como multidimensional, rompendo os limites dos domínios relacionados ao mundo do trabalho, atingindo a vida como um todo. O trabalho vai aprofundar esse pressuposto logo em seguida. Apoiando a discussão nas formulações trazidas por Álvarez (2018), é possível reconhecer um número crescente de pessoas inseridas em condições de precariedade no capitalismo contemporâneo. Esse fenômeno é observado tanto na periferia do sistema mundial quanto no centro da divisão internacional do trabalho (Antunes, 2009; Siegmann e Schiphorst, 2016). Desse modo, as condições atuais da globalização produzem uma dinâmica que é capaz de ultrapassar os limites nacionais, abrangendo a totalidade do sistema mundial (Siegmann e Schiphorst, 2016).

O contexto do enfraquecimento das relações contratuais típicas do fordismo é o grande referencial de surgimento desse debate entre os acadêmicos de língua inglesa (de Peuter, 2011; Schierup e Jorgensen, 2016; Siegmann e Schiphorst, 2016). De certo modo, essas discussões levam em conta uma perspectiva, sobretudo, eurocêntrica e estadunidense. O contexto da globalização neoliberal reforça antigas problemáticas na esfera do trabalho nos países em desenvolvimento, principalmente levando em conta as pesquisas sobre o trabalho precário (Ferreira, 2016; Scully, 2016). Scully (2016) reconhece que as condições de expansão do trabalho precário no Sul global não são exclusividades da atual reestruturação flexível, mas sim de uma realidade existente há muito tempo na periferia do capitalismo. Nesse sentido, o artigo utiliza a definição de precariedade desenvolvida por Ferreira (2016). A autora constrói a ideia de precariedade baseada nos déficits que os trabalhadores estariam expostos em pelo menos uma de cinco grandes esferas, sendo elas: i) proteção social e seguridade; ii) segurança de renda; iii) estabilidade; iv) condições seguras e decentes no trabalho; v) diálogo social e participação.

Feitas essas considerações, é possível justificar o pressuposto sobre a multidimensionalidade do fenômeno da precariedade destacado anteriormente. Lee e Kofman (2012) afirmam que a precariedade nos países em desenvolvimento produz crises tanto na esfera da produção material quanto na própria esfera da reprodução social dos indivíduos. A partir disso, entende-se que a precariedade vai além dos aspectos do trabalho em si, alcançando os aspectos da saúde, da moradia, dos direitos sociais, dentre outros (Schierup e Jorgensen, 2016). O escopo do trabalho está centrado no modo como a experiência da precariedade fornece as bases para a organização de estratégias individuais e/ou coletivas de ganhar a vida (Álvarez, 2018). As deficiências existentes no mundo do trabalho evidenciam as necessidades de superação da exclusão socioeconômica dos sujeitos. Os baixos níveis de assalariamento no Brasil produzem uma diversidade de práticas econômicas orientadas à geração de trabalho e renda no espaço urbano. Em síntese, as pressões cotidianas na esfera da provisão mostram o caráter fundamental dessas alternativas econômicas nas cidades, sendo a precariedade o motor de ação dos sujeitos em suas práxis.

CASO EMPÍRICO, METODOLOGIAS E DADOS LEVANTADOS

A sustentação dos argumentos e ideias defendidas nesse artigo leva em conta uma análise qualitativa, estruturada por um conjunto de procedimentos metodológicos articulados

entre si, sendo eles: i) revisão sistemática da literatura sobre trabalho; ii) trabalhos de campo no espaço da “Rolêfeira”; iii) entrevistas semiestruturadas com agentes bem informados; e iv) análise crítica de dados quantitativos. É preciso, de antemão, evidenciar o caráter exploratório existente no trabalho, priorizando por possibilidades analíticas abertas à problematização em vez de uma proposta teórica fechada em si mesma. O artigo apresenta referências teóricas de diversos campos de estudos das ciências sociais para substanciar a noção de ‘economia criativa e popular’ proposta. Os trabalhos de campo, entre os anos de 2019 e 2020, ofereceram perspectivas gerais sobre as interações socioespaciais entre as pessoas no espaço dessa feira em Araraquara. As entrevistas semiestruturadas contaram com eixos norteadores de questões para os agentes bem informados. Destacam-se três entrevistas no trabalho, sendo uma com a comissão organizadora da “Rolêfeira” e duas com feirantes que participaram desse espaço econômico alternativo. O intuito foi entender o processo histórico de implementação dessa feira, bem como a situação dos empreendimentos vinculados a esse espaço. É importante ressaltar a análise crítica dos dados sobre a dimensão estrutural de organização de 44 empreendimentos investigados anteriormente. O artigo não retoma esses dados ao longo das argumentações, sendo o mais importante a construção de uma proposta teórica plausível para outras realidades ao invés de um detalhamento empírico mais denso sobre um lugar em específico.

CHAVE DE ANÁLISE PARA A DIVERSIDADE ECONÔMICA

A corrente de estudos sobre diversidade econômica cresceu exponencialmente no campo da geografia econômica (Gibson-Graham, 2008; Healy, 2009; Fickey, 2011; Gritzas e Kavoulakos, 2015). A autora Gibson-Graham (2008) foi pioneira a pensar o surgimento desse campo de estudiosos interessados na temática. Essa abordagem teórica leva ao reconhecimento de uma complexidade nos circuitos de produção de valores, assim como a existência de espaços econômicos alternativos. O recorte desse trabalho pensa o contexto latino americano como um terreno fértil para o desenvolvimento dessas discussões. Os altos níveis de desemprego e de informalidade, e os próprios processos de precarização do trabalho indicam a incidência de várias questões para o universo do trabalho nos países em desenvolvimento.

Tomando como base Fickey (2011), é fundamental reconhecer o papel desempenhado pela diversidade econômica na esfera do sustento dos grupos sociais. Essas atividades

econômicas funcionam como meios de superar os “piores excessos decorrentes do fracasso das instituições econômicas formais” (Fickey, 2011, p. 240). Desse modo, é possível afirmar a existência de todo um setor econômico baseado no trabalho intensivo dos sujeitos, criado e recriado localmente (Santos, 2018). A reflexão trazida por Santos (2017) permite observar que, ao lado de uma economia orientada pela globalização, existe uma estrutura econômica que integra as camadas sociais mais vulneráveis. Essa consideração permite entender como as deficiências atuais do mercado de trabalho condicionam novas estratégias de geração de renda. Reforçando, essas deficiências devem ser entendidas como elementos do mundo do trabalho que não permitem a estabilidade e segurança monetária dos sujeitos, tais como o desemprego, o emprego mal remunerado, o trabalho precário e afins. A partir disso, as múltiplas formas existentes de garantia do sustento demonstram a dependência dos sujeitos por processos que, em essência, não são capitalistas (Fickey, 2011).

Muitas questões podem ser levantadas a partir dessas leituras sobre a heterogeneidade de práticas econômicas encontradas nos territórios do Sul global. Em síntese, os problemas socioeconômicos vivenciados por parcelas expressivas da população nesses países produziram, desde muito antes da atual fase do capitalismo, as condições materiais para o surgimento dessa diversidade. Existe a necessidade de construir e reconstruir criticamente uma abordagem sobre as iniciativas de geração de trabalho e renda que seja capaz de captar frações dessa complexidade toda. Gago et al. (2018) ofereceram uma contribuição muito interessante sobre o estudo das economias populares, refletindo criticamente a ciência econômica tradicional. Esse interesse se justifica a partir do momento em que as formas alternativas de organização econômica, social e política são um tema em ascensão entre os cientistas sociais (Gritzis e Kavoulakos, 2015). A proposta, então, é contribuir com o campo de estudos sobre diversidade econômica ao trazer a concepção de ‘economia criativa e popular’ para analisar as estratégias alternativas de geração de trabalho e renda no espaço urbano, enfatizado o seu aspecto também multidimensional.

A CONCEPÇÃO DE ECONOMIA CRIATIVA E POPULAR

A construção da ideia de ‘economia criativa e popular’ é uma tentativa de interpretar uma parcela da complexidade das práticas econômicas existentes atualmente. Para elaborar essa primeira percepção do conceito, foram levados em conta um conjunto de trabalhos empíricos

no espaço da “Rolêfeira” entre os anos de 2019 e 2020, bem como uma percepção crítica sobre os dados primários de 44 atividades presentes nesse espaço econômico alternativo. Esses dados estiveram centrados na dimensão socioeconômica de organização desses empreendimentos de pequena escala. Outro aspecto importante de reforçar diz respeito ao caráter exploratório dessa ideia. O objetivo é oferecer elementos analíticos que possam ser utilizados para compreender uma realidade que ultrapassa os limites territoriais do município de Araraquara. O atual processo de precarização do trabalho reflete em muitos problemas na dimensão do emprego e da renda. Nesse sentido, os sujeitos sociais precisam reinventar suas estratégias de provisão, sendo esse segmento da ‘economia criativa e popular’ um exemplo concreto na atualidade.

A compreensão da ‘economia criativa e popular’ demanda o reconhecimento de um conjunto amplo de inspirações teóricas e conceituais, demonstrando a combinação de estudos sociológicos, econômicos e geográficos. Como ressaltado em outros momentos no artigo, o debate acadêmico precisa chamar atenção para as práticas econômicas que surgem a partir das adaptações do sistema da economia urbana (Santos, 2018). Smith e McBride (2021) debatem as implicações da má remuneração e dos múltiplos empregos no Reino Unido, realçando os dilemas por detrás das articulações entre vida e trabalho. Esse pode ser um ponto de partida interessante para analisar o caso brasileiro e o próprio Sul global como um todo. Os altos índices de desemprego no Brasil, a má remuneração em empregos precários, bem como a insatisfação com o mercado de trabalho tradicional são condicionantes concretas para o aumento de multitarefas no domínio econômico. A partir disso, os indivíduos organizam pequenas atividades econômicas como forma de prover e/ou complementar o seu orçamento doméstico. Esse aspecto é central para o entendimento do contexto da ‘economia criativa e popular’ nas cidades.

Para fortalecer essa proposta analítica, a ideia de trabalho cognitivo é enfatizada. O trabalho cognitivo seria semelhante ao processo por trás da implementação de uma atividade econômica dessa natureza. Daminger (2019) identifica quatro componentes principais na ideia de trabalho cognitivo, sendo eles: i) antecipação; ii) identificação; iii) decisão; e iv) monitoração. Cada um deles expressa um estágio distinto da construção de uma atividade da ‘economia criativa e popular’. O primeiro diz respeito ao momento em que o sujeito observa a existência de um problema na dimensão do sustento que precisa ser resolvido. O segundo

abrange o processo de identificação das possíveis soluções para esse problema anteriormente identificado. Em seguida, o terceiro passo está relacionado à escolha pela organização de uma pequena atividade econômica por conta própria, baseada num determinado conhecimento pessoal adquirido ao longo da vida. O último passo compreende o monitoramento da atividade para observar se ela ainda continua atingindo seus objetivos. Essas atividades econômicas de pequena escala geralmente funcionam com uma lógica de tempo-curto, sendo orientadas pelas necessidades cotidianas e contas domésticas.

A criatividade é um princípio fundamental para a noção de ‘economia criativa e popular’. Essa discussão apresenta o exercício da criatividade como um processo cognitivo no qual um conhecimento pessoal é transformado em uma atividade capaz de gerar renda. Características similares são apresentadas por Higgs et al. (2008) e de Peuter (2011). Esses autores debateram, no contexto das indústrias criativas, como elas se relacionam com os talentos, habilidades individuais, riqueza, empregos e propriedade intelectual. No entanto, o segmento da ‘economia criativa e popular’ trabalha em um outro nível de compreensão. A escala temporal é orientada pelo cotidiano, pelas respostas aos compromissos mais urgentes, tais como contas domésticas, aluguéis, alimentação, transporte e afins. A escala econômica, por outro lado, não é capaz de assemelhar-se a uma empresa tradicional do segmento criativo. Portanto, as atividades da ‘economia criativa e popular’ não podem ser analisadas por meio de uma perspectiva empresarial, já que seus princípios não estão relacionados à acumulação de capitais.

A ‘economia criativa e popular’ abrange as noções de economia criativa e de economia popular. A primeira está relacionada à utilização de um capital intelectual capaz de criar riqueza, ao passo que a segunda está vinculada à ideia de suavização dos problemas encontrados no trabalho e na provisão. O trabalho intensivo dessas iniciativas reforça a centralidade dos saberes pessoais e da força física em relação ao próprio capital. O fato é que atividades como as do segmento da ‘economia criativa e popular’ não são exemplos isolados de economias diversas. Habermehl (2021) chamou atenção para o fato de as alternativas ao capitalismo serem verdadeiras respostas baseadas na resistência aos imperativos das relações capitalistas de produção. A partir desse referencial, o artigo fortalece, então, a perspectiva teórica multidimensional presente no segmento da ‘economia criativa e popular’.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo ofereceu uma ampla discussão teórica sobre a diversidade econômica encontrada no contexto contemporâneo das cidades. Uma série de processos e dinâmicas da globalização produz dificuldades nos movimentos de reprodução social dos sujeitos mais vulneráveis. A precarização do trabalho, a reestruturação do padrão capitalista de produção, desemprego estrutural e afins estão entre os principais elementos condicionantes dessa complexidade do trabalho atual (Antunes, 2009; de Peuter, 2011; Ferreira, 2016; Siegmann e Schiphorst, 2016). Entretanto, a discussão deixou claramente ressaltado o fato das formas e feições precárias de trabalho não serem uma exclusividade do período atual nos países em desenvolvimento (Scully, 2016). A precariedade precisa ser lida como uma experiência amplamente conhecida nesses territórios para que as interpretações não corram o risco de anacronismos. A partir disso, o artigo buscou trazer uma reflexão crítica sobre a pluralidade de atividades econômicas que surgem como resposta às defasagens do mercado de trabalho convencional. O objetivo dessas práticas econômicas é a reprodução social e material, não a acumulação de capitais. A realidade empírica encontrada no mercado de rua “Rolêfeira” permitiu trazer, em caráter exploratório, a ideia de ‘economia criativa e popular’. Sua principal característica é a transformação de um conhecimento específico em uma possibilidade de gerar trabalho e renda no espaço urbano. Em síntese, reconhece a possibilidade de distintos padrões de organização para suprir as necessidades cotidianas.

REFERÊNCIAS

- ÁLVAREZ, M. I. F. Más allá de la precariedad: prácticas colectivas y subjetividades políticas desde la economía popular argentina, *Íconos*, 62, pp. 21-38, 2018.
- ANTUNES, R. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho, São Paulo: Editora Boitempo, 2009.
- CATAIA, M. e da SILVA, S. C. Considerações sobre a teoria dos dois circuitos da economia urbana na atualidade, *Boletim Campineiro de Geografia*, 3(1), pp. 55-75, 2013.
- CHEN, M. **The Informal Economy**: Definitions, Theories and Policies. WIEGO Working Paper No. 1, 2012.

DAMINGER, A. The Cognitive Dimension of Household Labor, **American Sociological Review**, 84(4), pp. 609–633, 2019.

de PEUTER, G. Creative Economy and Labor Precarity: A Contested Convergence, **Journal of Communication Inquiry**, 35(4), pp. 417–425, 2011.

FERREIRA, M. Informal versus precarious work in Colombia: Concept and operationalization, **Progress in Development Studies**, 16(2), pp. 140–158, 2016.

FICKEY, A. The Focus Has to be on Helping People Make a Living: Exploring Diverse Economies and Alternative Economic Spaces, **Geography Compass**, 5, pp. 237-248, 2011.

FRANÇA FILHO, G. C. de Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais, **Bahia Análise & Dados**, 12(1), pp. 9-19, 2002.

GAGO, V. **What are popular economies?** Some reflections from Argentina, *Radical Philosophy*, 2018.

GAGO, V., CIELO, C., GACHET, F. Economía popular: entre la informalidad y la reproducción ampliada, **Íconos**, 62, pp. 11-20, 2018.

GIBSON-GRAHAM, J. K. Diverse economies: performative practices for `other worlds, **Progress in Human Geography**, 32(5), pp. 613–632, 2008.

GODFREY, B. J. Modernizing the Brazilian City, **Geographical Review**, 81(1), pp. 18–34, 1991.

HABERMEHL, V. Everyday antagonisms: Organising economic practices in Mercado Bonpland, Buenos Aires, **Environment and Planning C: Politics and Space**, 39(3), pp. 536–554, 2021.

HABIB-MINTZ, N. To what extent can the informal economy concept adequately explain the dynamism of the non-formal sector in developing countries?, **Journal of International Business and Economy**, 10(1), pp. 1-19, 2009.

HART, K. Informal income opportunities and urban employment in Ghana. **The Journal of Modern African Studies**, 11, pp. 61-89, 1973.

HESPANHA, P. Da expansão dos mercados à metamorfose das economias populares, **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 84, pp. 49-63, 2009.

HIGGS, P., CUNNINGHAM, S. e BAKHSHI, H. **Beyond the Creative Industries**: Mapping the Creative Economy in the United Kingdom, Nesta, United Kingdom, 2008.

ICAZA, A. M. S. e TIRIBA, L. Economia Popular. In: CATTANI, A. D., LAVILLE, J. L., GAIGER, L. I. e HESPANHA, P. (orgs) **Diário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Almedina, pp. 150-155, 2009.

LEE, C. K. and KOFMAN, Y. The Politics of Precarity: Views Beyond the United States, **Work and Occupations**, 39(4), pp. 388–408, 2012.

MARTÍNEZ, L., SHORT, J.R. e ESTRADA, D. The diversity of the street vending: A case study of street vending in Cali, **Cities**, 79, pp.18–25, 2018.

MUNCK, R. The Precariat: a view from the South, **Third World Quarterly**, 34(5), pp. 747-762, 2013.

NICHTER, S. e GOLDMARK, L. Small Firm Growth in Developing Countries, **World Development**, 37(9), pp. 1453-1464, 2009.

RAMOS, R. A. A atualidade da teoria dos circuitos na compreensão das práticas econômicas populares: o caso da Economia Criativa em Araraquara/SP, **Revista do Departamento de Geografia**, 400, p. 1-12, 2020.

REGITZ MONTENEGRO, M. A teoria dos circuitos da economia urbana de Milton Santos: de seu surgimento à sua atualização, **Revista Geográfica Venezolana**, 53(1), pp. 147-164, 2012.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

SANTOS, M. **O Espaço Dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos, Traduzido por M.T.R. Viana, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

SCHIERUP, C.-U. e JORGENSEN, M. B. An Introduction to the Special Issue. Politics of Precarity: Migrant Conditions, Struggles and Experiences, **Critical Sociology**, 42(7–8), pp. 947–958, 2016.

SCULLY, B. Precarity North and South: A Southern Critique of Guy Standing, **Global Labour Journal**, 7(2), pp. 160-173, 2016.

SIEGMANN, K. A. e SCHIPHORST, F. Understanding the globalizing precariat: From informal sector to precarious work, **Progress in Development Studies**, 16(2), pp. 111–123, 2016.

SILVEIRA, M. L. Da pobreza estrutural à resistência: pensando os circuitos da economia urbana, **Ciência Geográfica**, 27(1), pp. 64-71, 2013.

SILVEIRA, M. L. Finanças, consumo e circuitos da economia urbana na cidade de São Paulo, **Caderno CRH**, 22(55), pp. 65-76, 2009.

SILVEIRA, M. L. Metrópolis brasileñas: un análisis de los circuitos de la economía urbana, **EURE (Santiago)**, 33(100), pp. 149-164, 2007.

SILVEIRA, M. L. Modernização contemporânea e nova constituição dos circuitos da economia urbana, **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, 19(2), pp. 245-261, 2015.

SMITH, A. and MCBRIDE, J. Working to Live, Not Living to Work’: Low-Paid Multiple Employment and Work–Life Articulation, **Work, Employment and Society**, 35(2), pp. 256–276, 2021.

TIRIBA, L. O trabalho no olho da rua: fronteiras da economia popular e da economia informal, **Revista Trabalho Necessário**, 2(2), pp. 1-5, 2004.

WEBB, J. W., TIHANYI, L., IRELAND, R. D., & SIRMON, D. G. You say illegal, I say legitimate: Entrepreneurship in the informal economy, **Academy of management review**, 34(3), pp. 492-510, 2009.

YUSUFF, O. A Theoretical Analysis of the Concept of Informal Economy and Informality in Developing Countries, **European Journal of Social Sciences**, 20(4), pp. 624-636, 2011.